



# Anais da Assembléia

Nº 42

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1982

ANO VIII

## 4a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9a LEGISLATURA

### ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1982 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes e Valter Pietrângelo (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

MENSAGEM 59/82

Curitiba, 06 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do primeiro termo aditivo datado de 01 de março de 1982, ao Convênio celebrado em 30 de abril de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes — GEITOP, objetivando prorrogar, por dois meses, contados de 01 de março de 1982, os termos do convênio original.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 60/82

Curitiba, 06 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira 15/81, de 30 de dezembro de 1981 e de seu termo aditivo 01/82, datado de 14 de abril de 1982, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de PONTA GROSSA, objetivando aplicação de recursos nas obras de capeamento asfáltico e demais serviços complementares, no Aeroporto de San'Anna.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 61/82

Curitiba, 06 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio 104.18/82, celebrado em 30 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos e da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná — FIDEPAR, com a Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas - FIARP, a Universidade Federal do Paraná, a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura e com a Interveniência do Conselho de Comunicação Social do Governo do Paraná, objetivando a união de esforços das entidades signatárias para apoiarem a constituição e manutenção do Centro Interamericano de Estudos Superiores de Relações Públicas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo :

MENSAGEM 62/82

Curitiba, 07 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar a área de terreno com 36.088,00 m2 (trinta e seis mil e oitenta e oito metros quadrados), havida conforme matrícula número 4578-R-1-4, do Registro de Imóveis de Campo Largo, por idêntica área de propriedade da Associação de Ensino "Senhor Bom Jesus", objeto de parte da matrícula número 6.118-R-2 do mesmo Cartório de Registro de Imóveis, ambas situadas no lugar denominado "Ron-

dinha", Município de Campo Largo.

Vale ressaltar que os valores das áreas cuja permuta é pretendida são equivalentes, conforme conclusões de Comissão especialmente designada pelo Sr. Secretário de Estado da Administração, e tendo em vista que, com a medida, a Associação "Senhor Bom Jesus" terá melhores condições para a construção do "campus" que abrigará todos os graus níveis de ensino de sua nova Universidade, a proposição ora formulada consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 36.088,000 m2, de propriedade do Estado do Paraná, objeto de parte da matrícula número 4.578—R—1—4, do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, pela área de terreno com 36.088,00 m2, de propriedade da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, objeto de parte da matrícula número 6.118—R—2, do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, ambas situadas no lugar denominado "Rondinha", Município de Campo Largo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 63/82

Curitiba, 07 de maio de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar na lotação do Departamento de Trânsito, seis (06) cargos de Assessor, símbolo 1-C e quatro (04) cargos de Chefe de Grupo Auxiliar, símbolo 2-C, todos para provimento em comissão.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá dotar o Órgão Estadual encarregado dos assuntos referentes ao trânsito, que, pela Lei número 6636, de 29 de novembro de 1974, foi transformado em Órgão de Regime Especial, subordinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, de melhores condições em sua lotação de cargos em comissão com vistas ao melhor desempenho de suas atribuições e finalidades.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados, no Departamento de Trânsito, os seguintes cargos de provimento em comissão:

Nº de Cargos	Denominação	Símbolo
06	Assessor	1—C
04	Chefe de Grupo Auxiliar	2—C

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênica, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata da sessão de hoje um voto de congratulações ao Presidente da COROL, Eliseu de Paula, e em particular à população de Rolândia, na pessoa de seu Prefeito YOKIMASSA NAKANO, pela implantação e inauguração, hoje, da Destilaria de Álcool da Cooperativa Agro-Pecuária de Rolândia Ltda.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) VALDUGA

#### JUSTIFICATIVA:

Nós, que por diversas vezes temos defendido o PRÓ-ÁLCOOL, porque acreditamos nele como solução para os problemas energéticos brasileiros, relacionados aos combustíveis, sentimo-nos gratificados quando percebemos o crescimento da produção de álcool. Mas, muito mais, quando sentimos, por exemplo, na inauguração da Destilaria de Álcool da Cooperativa Agro-Pecuária de Rolândia Ltda, o esforço e o trabalho de brasileiros engajados no grande desafio brasileiro.

Em que pese as constantes campanhas de descrédito lançadas contra o Programa de Álcool, ele tem demonstrado, já pelas experiências realizadas no setor, já pelas amplas probabilidades de sucesso econômico, que o caminho do álcool como solução para a crise do petróleo é alternativa mais aceitável, face, naturalmente, à tecnologia brasileira que desenvolveu o motor movido com esse tipo de combustível, que é hoje requerido pelo mundo inteiro.

Rolândia ganha assim, não apenas uma nova fonte de captação de divisas, mas o que é mais importante, uma grande perspectiva de alocação de mão-de-obra ociosa, o que vale dizer, uma resposta vigorosa para o grave problema social, do deslocamento e da migração interna.

A nova destilaria vem ao encontro das necessidades da região, hoje carente de respostas mais objetivas para o fenômeno do desemprego.

Por isso, gratifica-nos acompanhar a evolução do Programa do Álcool e a inauguração dessa nova destilaria, na cidade de Rolândia, que tenho a honra de representar nesta Casa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, solicitando informações e esclarecimento das seguintes questões:

1 — Quais as empresas que estão qualificadas e/ou credenciadas pela COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná para receber contrato de serviços e financiamentos?

2 — Se existem empresas qualificadas ou pré-qualificadas ou ainda já contratadas, em que condições e como são feitos esses registros dos contratos?

3 — O organismo aceita ou aceitou contratação com qual quer empresa sobre obras que já estavam sendo realizadas?

4 — Os projetos e programas, ao serem analisados pelo organismo, dependem de que requisitos essenciais para sua contratação?

5 — Existe o acompanhamento de obras, com fiscais e controle de material e qualidade, em todas as obras contratadas?

6 — O organismo passa a ser o responsável pelo cumprimento das especificações contidas no contrato de compra e pela qualidade do que está sendo vendido?

7 — Quais os programas que estão sendo executados ou em execução para este ano e até meados de 1983, com a respectiva localização, custos projetos e contratos?

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja aprovado o envio de expediente ao Tribunal de Justiça, solicitando a criação do Distrito Judiciário de São Salvador, no Município de Ampère.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET

## JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de São Salvador, no Município de Ampère, foi criado pela Lei Municipal 14/64, em 17 de janeiro de 1964.

Hoje esse Distrito Administrativo já conta com mais de 8.000 habitantes e o número superior a 2000 eleitores, com Ginásio, Delegacia de Polícia e Posto de Saúde em pleno funcionamento.

Justifica-se, portanto, entre outros motivos além dos já expostos, a criação do Distrito Judiciário na localidade de São Salvador, em benefício da população e da própria agilização da justiça.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, "data vênua", após ouvido o Plenário, seja, por esta Casa, enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, sugerindo a implantação de uma escola agrícola no Distrito de Paiquerê, Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1982.

(a) VALDUGA

## JUSTIFICATIVA:

A escola que se pretende seja implantada no Distrito de Paiquerê, será, sem dúvida, uma grande contribuição para o aperfeiçoamento do setor da produção naquela região.

Todos sabem que o Norte do Paraná é altamente produtivo, em razão especialmente da excelência de suas terras. Dentro dessa região, desponta o Município de Londrina, como um polo de produção de alto significado econômico para o Estado, quer pela exploração da cultura do café, ainda predominante, quer pela exploração de outras culturas, como o algodão, o arroz, o feijão e tantos outros produtos.

Muito justo que se pretenda oferecer ao homem da lavoura, oportunidade de aprimorar seus conhecimentos e sua técnica, pois, sem dúvida, isto em muito contribuirá para o incremento da economia regional e, por extenso do próprio Estado do Paraná.

Nessas condições, ao autor da presente proposição espera merecer a atenção de seus Pares que, em aprovando a matéria estarão abrindo para o Distrito de Paiquerê uma nova perspectiva, em face da própria grandeza da região e de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Miansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Presidência consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

Consulta à Liderança do PTB. — (Declina).

Consulta à Liderança do PDS. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 30/81), que eleva para o símbolo 1-C, os cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4615, e, de Diretor da Penitenciária Feminina, criados pela Lei n.º 6219, todos integrantes da Secretaria de Estado da Justiça. Parecer aprovado por unanimidade, da C.C.J., FAVORÁVEL à EMENDA DE PLENÁRIO n.º 5, CONTRÁRIO às de n.ºs 2, 3 e 4 e pela desanexação da EMENDA n.º 1 para ser Transformada em Projeto de Resolução.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 08/81

Por meio da Mensagem n.º 30/81, o Poder Executivo propõe a elevação dos vencimentos dos cargos em comissão do Diretor da Penitenciária Central, do Diretor da Prisão Provisória e do Diretor da Colônia Penal Agrícola.

Esta Comissão já se pronunciou sobre a matéria, exarando parecer favorável.

Todavia, tantas emendas lhe foram incluídas, que o Projeto retorna mais uma vez.

A Emenda n.º 1, pelo seu conteúdo, deve ser desanexada do projeto a fim de ser autuada e constituir um Projeto de Resolução específico e, assim, prosseguir seu trâmite regimental.

As demais emendas, ou seja, a de n.º 2, de n.º 3, de n.º 4, de vez que dispõem sobre a administração da Assembléia, certamente estarão sendo objeto da reestruturação do respectivo quadro de pessoal prestes a iniciar o procedimento legislativo, devem ser rejeitadas.

A Emenda n.º 5, de fls. 19, porque trata de matéria correlata com a do projeto, deve ser aprovada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
GABRIEL SAMPAIO — Relator

"EMENDA N.º 01 — DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI N.º 08/81

Inclua-se:

"Art. — Os atuais cargos de provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo 3-C, do quadro de Pessoal do Poder Legislativo, ficam transformados em cargos de Assessor Parlamentar, Símbolo 1-C, com proventos de Assessor Técnico, Símbolo 1-C.

Art. — Os atuais cargos de provento em Comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo 6-C, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, ficam transformados em Cargos de Assessor Parlamentar, Símbolo 3-C.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1982.

(a) FUAD NACLI

Apoiamento: Gabriel Manoel, Antônio Cotrim, Quielse Crisóstomo, Lázaro Dumont, Trajano Bastos, Airton Cordeiro, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, José Tavares, Waldyr Pugliesi, Aúalberto Daros, Nelson Buffara, Valduga, Mário Celso, Antônio Faci, João Elísio, Cyro Martins, Francisco Escorsin, Nilso Sguarezi, José Domingos, Nelson Friedrich, Edilson Alencar, Ezequias Losso, Tadeu Lúcio Machado, Nestor Baptista, Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Tércio Albuquerque, Carlos Zanlorenzi, Lineu Turra e Deni Schwartz".

Em votação - Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 2. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 3. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 4. — Rejeitada.

Em votação a Emenda de Plenário n.º 5. — (Lê)

**"EMENDA N.º 5 — DE PLENÁRIO**

**AO PROJETO DE LEI N.º 08/81**

"Art. — Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça, 03 (três) cargos de provimento em Comissão, respectivamente de Diretor símbolo 1-C, de Sub-Diretor símbolo 2-C e de Assistente Jurídico símbolo 3-C, do Instituto Agropecuário e Industrial de Londrina."

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1981.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: Palácios, Gilberto Carvalho, Fuad Nacli e Augusto Carneiro.

Em votação. — **Aprovada.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 08/81

O Governador do Estado, através da Mensagem n.º 30/81, de 09 do corrente mês, propõe a elevação da remuneração dos cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4615, de 09 de julho de 1962, e do Diretor da Penitenciária Feminina, criado pela Lei n.º 6219, de 23 de agosto de 1971, todos integrantes da Secretaria de Estado da Justiça.

Os referidos cargos, excluído o de Diretor da Colônia Penal Agrícola que atualmente pertence ao Símbolo 3-C, os demais estão vinculados ao Símbolo 2-C.

Limitando a análise da matéria ao âmbito demarcado regimentalmente para esta Comissão, é suficiente frisar que a propositura está amparada na regra inserta nos artigos 25, § 1.º, 35 e 47, da Carta Estadual, que atribui ao Governador a reserva exclusiva de iniciativas relacionadas com vantagens e remuneração do pessoal do Poder Executivo.

Assim, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 08/81

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 30/81, o presente projeto de lei tem por finalidade elevar para o Símbolo 1-C os cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Diretor da Colônia Penal Agrícola e de Diretor da Penitenciária Feminina, integrantes da Secretaria da Justiça.

Sobre a matéria houve pronunciamento da douda Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão temos que o presente projeto encontra-se perfeitamente em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

DEL CIEL — Relator

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 08/81

Originado da Mensagem Governamental n.º 30/81, o presente Projeto de Lei denota a clara intenção do Poder Executivo de conferir aos ocupantes de cargos em Comissão da Penitenciária Central do Estado, Prisão Provisória de Curitiba, Colônia Penal Agrícola e Penitenciária Feminina, vencimentos compatíveis com as suas atribuições, grau de responsabilidade, complexidade, experiência e habilitação a eles inerentes.

Indiscutível a oportunidade da medida proposta, vez que, não se desconhece o momento econômico e financeiro que atravessamos.

Assim, é de ser apoiada, integralmente, a iniciativa, razão pela qual consignamos opinião favorável à sua aprovação, o que é recomendado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) NELSON BUFFARA — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

**COMISSÃO EXECUTIVA**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 08/81

Com relação às emendas apresentadas por ilustres Senhores Deputados, criando ou elevando os valores de cargos em comissão, nos serviços administrativos da Secretaria da Casa, convém frisar, de início, que esta Comissão Executiva retirou emenda de sua autoria, com idêntica finalidade, por entendê-la inconveniente e inoportuna.

Esse entendimento resultou de ampla análise das implicações de ordem técnica que fatalmente se fariam sentir, no contexto administrativo da Assembléia, com a possível concretização dessa medida isolada.

Na verdade, iniciativas unilaterais do conjunto do sistema de cargos e serviços, pareceram à Comissão Executiva, do ângulo de vista rigorosamente técnico-administrativo, inteiramente desaconselháveis em virtude das reações em cadeia que despertam, capazes de inviabilizar amplos setores vitais para o funcionamento do Poder Legislativo.

Feita a explicação dos motivos da retirada de sua emenda ao presente projeto de lei, fica a Comissão Executiva a vontade para não entrar no mérito das demais emendas, deixando, assim, ao alto critério das doudas Comissões de Constituição e Justiça, de Recursos Humanos e de Finanças a apreciação dos diversos aspectos das proposições, segundo as normas regimentais.

É o parecer.

Em, 27 de outubro de 1981.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO SGUAREZI — 2.º Secretário

Em votação o Projeto de Lei n.º 08/81. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA SALDANHA MARINHO II", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina - PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/82, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE JESUS", com sede e foro na cidade de Rolândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/82, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DE GOIO-ERÊ", com sede e foro na cidade de Goio-Erê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que estabelece nos mesmos percentuais fixados pela previdência social federal, a contribuição do funcionário aposentado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE. Parecer FAVO-

RÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 35/82) que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos, através de Entidades da Administração Indireta do Estado, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que dispõe sobre a concessão de remissão de débitos de funcionários da Coordenação da Receita do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 46/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Os funcionários da Coordenação da Receita do Estado, responsáveis por débitos anteriores a 31 de dezembro de 1980, originados por enganos involuntários cometidos quando no desempenho de suas funções, depois de apreciadas e julgados pelo Tribunal de Contas do Estado, poderão requerer ao Secretário das Finanças a remissão da dívida correspondente.

Art. 2.º — Os efeitos da presente lei abrangerão os débitos inscrito ou não em dívida ativa ajuizada para cobrança executiva ou objeto de parcelamento requerido na forma do Artigo 163, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º — A presente lei não abrangerá débitos gerados em função do cometimento de crime contra a Administração Pública.

Art. 4.º — A remissão prevista nesta lei não autoriza a restituição de débitos já recolhidos, total ou parcialmente.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### JUSTIFICATIVA:

Tenho a elevada honra de encaminhar à apreciação dos nobres Deputados com assento nesta Casa, o incluso projeto de lei, que disporá sobre a concessão de remissão de débitos de funcionários da Coordenação da Receita do Estado, promanados de pequenos e involuntários enganos, quando do preenchimento de documentos nos Postos Fiscais e Agências de Rendas.

Grande parte desses funcionários responsáveis por débitos originados por enganos involuntários, já são detentores da condição temporal para aposentarem-se; porém, por força dessa pendência, vem vir-se frustrando esse justo anseio, pois o Tribunal de Contas do Estado não registra aposentadoria, cujo beneficiário esteja em débito com o Estado.

Esses velhos servidores aguardaram confiantes a complementação temporal de 35 (trinta e cinco) anos de serviço para angariarem uma aposentadoria razoável — mourejaram em todos os quadrantes do Estado, ora nas estradas na difícil missão de coibir a sonegação de tributos, ora destacados em longínquos postos fiscais, guardando nossas zonas lindeiras com outros Estados e países. Entrementes, no momento de serem premiados com o justo descanso proporcionado pela aposentadoria, verão que toda sua pertinácia na lida com a coisa pública, foi menor que um pequeno e involuntário lapso, cometido quando no desempenho de suas funções.

A função do fiscal é árdua, desgastante e consuntiva, quer orgânica como mental, além da enorme responsabilidade moral e profissional que a circunda, que deve ser resguardada e defendida diuturnamente para a sobrevivência da própria classe, a fim de que se mantenha altaneira e livre de injunções cerceadoras, porque a fiscalização como "classe" — entendo eu, não tem e

nem deve ter compromisso e nem envolvimento que lhe tolham sua liberdade e sua ação, as quais como um imperativo da própria exação, deverão gravitar em torno dos legítimos interesses, tanto do contribuinte como da administração.

Como está indicado no texto do projeto de lei, de modo certamente claro e claramente certo, os débitos que se objetiva a remissão não foram gerados em função da prática de ação delituosa contra a administração, antes, pelo contrário, o seu suporte fáctico repousa em pequenos lapsos quando do preenchimento de papéis, procedimento esse, muitas vezes, levados a efeito nas madrugadas e em cabines de caminhões ou em congestionados postos fiscais.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 46/81

O ilustre Deputado Francisco Escorsin, com o presente projeto de lei, propõe a concessão de remissão de débitos de funcionários da Coordenação da Receita do Estado, que tenham sido responsabilizados anteriormente a 31 de dezembro de 1980 e que se originem de enganos involuntários cometidos no exercício de suas funções.

Alinha ainda, outras medidas e regula a aplicabilidade da lei, se concretizada.

Como se observa da própria justificativa, a edição da lei virá corrigir situações hoje insustentáveis dentro da Coordenação da Receita do Estado e proporcionar aos funcionários daquele organismo a oportunidade de regularizarem suas situações, oportunizando-os, inclusive, à aposentadoria a que já fazem jus.

O alcance social da iniciativa é incontestável e não vemos como obstaculizar a pretensão que, em última análise, servirá também à agilização da fiscalização da Receita Estadual.

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 46/81

O presente projeto visa conceder a remissão de débitos de funcionários da Coordenação da Receita do Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça houve por bem conceder ao Projeto o parecer favorável, conforme consta do processado.

Do ângulo desta Comissão, cuja competência se cinge aos efeitos financeiros da propositura, nada impede que ela se converta em lei.

Por essa razão, opino pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de maio de 1982.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente.

JOÃO ELÍCIO — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/81, oriundo do ofício n.º 760/81, do Presidente do Tribunal de Justiça e que altera dispositivos da Lei n.º 7297, de 08/01/80 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná), e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade.

#### PROJETO DE LEI N.º 172/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — O Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado passa a vigorar com as alterações constantes desta lei.

Art. 2.º — Os §§ 2.º e 3.º do art. 41 passam a ter a seguinte redação:

" .....

§ 2.º — O Juiz de Direito Auxiliar terá sede nas Comarcas de três ou mais Varas, excluídas as de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

§ 3.º — O Juiz de Direito Substituto ser sediado nas Comarcas de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa."

Art. 3.º — O inciso II do § 3.º do art. 76 passa a ter a seguinte redação:

".....  
II — Os Juízes de Direito de Entrância Final auferem oito nonos (8/9) dos vencimentos determinados para os Desembargadores."

Art. 4.º — O Art. 99 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 99 — Os Juízes de Direito das Comarcas de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa serão substituídos pelos Juízes de Direito Substitutos, observada a Seção Judiciária respectiva ou por designação do Presidente do Tribunal de Justiça que, excepcionalmente, poderá se valer de Juízes Substitutos."

Art. 5.º — O § 1.º do art. 102 passa a ter a seguinte redação:

".....  
§ 1.º — Nas Comarcas com três ou mais Varas, excluídas as de entrância final, o Juiz de Direito Auxiliar substituirá automaticamente os Juízes de Direito nas ações em que os Juízes Substitutos não tiverem competência; no caso de ausência do Juiz Substituto, a substituição plena dependerá de ato do Presidente do Tribunal de Justiça."

Art. 6.º — O art. 108 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 108 — Exceto em Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, não poderão servir, conjuntamente, na mesma Comarca, como Juiz de Direito, Juiz Substituto e serventuários, os que sejam parentes até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins."

Art. 7.º — O art. 207 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 207 — A prestação jurisdicional no Estado é exercida pelas seguintes autoridades judiciárias, segundo a competência prevista neste Código.

I — 26 Desembargadores;

II — 16 Juízes do Tribunal de Alçada;

III — 107 Juízes de Direito de Entrância Final, sendo:

a) 76 titulares de Varas;

b) 31 juízes de Direito Substitutos.

IV — 1 Juiz Auditor da Justiça Militar;

V — 109 Juízes de Direito de entrância intermediária;

VI — 14 Juízes de Direito Auxiliares de entrância intermediária;

VII — 85 Juízes de Direito de entrância inicial;

VIII — 44 Juízes Substitutos;

IX — 491 Juízes de Paz."

Art. 8.º — O art. 208 e seu parágrafo único passam a ter a seguinte redação:

"Art. 208 — As Comarcas, segundo a importância do movimento forense, densidade demográfica, situação geográfica, posição como sede de Seção Judiciária, são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final, reservada esta para as de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Parágrafo único — Essas Comarcas se agrupam em sessenta e cinco (65) Seções Judiciárias, integradas por quatrocentos e noventa e um (491) Distritos."

Art. 9.º — Os incisos I e II do art. 209 passam a ter a seguinte redação:

".....

I — De entrância final: Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

II — De entrância intermediária: 1) Apuracana; 2) Arapongas; 3) Araucária; 4) Assis Chateaubriand; 5) Astorga; 6) Bandeirantes; 7) Bela Vista do Paraíso; 8) Campo Largo; 9) Campo Mourão; 10) Cascavel; 11) Castro; 12) Cianorte; 13) Cornélio Procopio; 14) Cruzeiro do Oeste; 15) Foz do Iguaçu; 16) Francisco Beltrão; 17) Goio-Êrê; 18) Guaíra; 19) Guarapuava; 20) Irati; 21) Ivaiporã; 22) Jacarezinho; 23) Lapa; 24) Laranjeiras do Sul; 25) Loanda; 26) Nova Esperança; 27) Palmas; 28) Paranaguá; 29) Paranavaí; 30) Pato Branco; 31) Peabery; 32) Rio Negro; 33) Rolândia; 34) Santo Antônio da Platina; 35) Santo Antônio do Sudoeste; 36) São José dos Pinhais; 37) Telêmaco Borba; 38) Toledo; 39) Umuarama; 40) União da Vitória e 41) Wenceslau Braz"

Art. 10 — O art. 210, com a alteração dada pela Lei n.º 7461, de 16.06.81, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 210 — São as seguintes as Seções Judiciárias:

1a.) Comarca de Curitiba. 1a., 2a. e 5a. Varas Cíveis;

2a.) Comarca de Curitiba. 3a., 4a. e 6a. Varas Cíveis;

3a.) Comarca de Curitiba. 9a., 10a e 11a. Varas Cíveis;

4a.) Comarca de Curitiba. 13a., 14a. e 15a. Varas Cíveis;

5a.) Comarca de Curitiba. 18a. Vara cível, Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Auditoria da Justiça Militar;

6a.) Comarca de Curitiba: 1a. e 3a. Varas de Família;

7a.) Comarca de Curitiba: 2a. e 4a. Varas de Família;

8a.) Comarca de Curitiba: 1a. e 3a. Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas,

9a.) Comarca de Curitiba: 2a. e 4a. Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas,

10a.) Comarca de Curitiba. 1a. e 2a. Varas Criminais e Vara do Tribunal do Juri;

11a.) Comarca de Curitiba: 4a., 5a. e 6a. Varas Criminais;

12a.) Comarca de Curitiba: Vara das Execuções Penais;

13a.) Comarca de Curitiba: 1a. Vara dos Delitos de Trânsito;

14a.) Comarca de Curitiba: 2a. Vara dos Delitos de Trânsito;

15a.) Comarca de Curitiba: Vara de Menores,

16a.) Comarca de Curitiba: 7a. e 8a. Varas Cíveis,

17a.) Comarca de Curitiba: 12a., 16a. e 17a. Varas Cíveis;

18a.) Comarca de Curitiba: 3a., 7a. e 8a. Varas Criminais;

19a.) Comarca de Curitiba: 9a., 10a e 11a. Varas Criminais,

20a.) Comarca de Londrina. 1a., 2a., 3a., 6a. e 7a. Varas cíveis,

21a.) Comarca de Londrina. 4a., 5a., 8a., 9a e 10a. Varas Cíveis;

22a.) Comarca de Londrina: 1a. e 2a. Varas Criminais e 1a. Vara da Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial,

23a.) Comarca de Londrina: 2a. e 4a. Varas Criminais e 2a. Vara de Família e Menores;

24a.) Comarca de Maringá: Varas Cíveis e 1a. Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial,

25a.) Comarca de Maringá: Varas Criminais e 2a. Vara de Família e Menores;

26a.) Comarca de Ponta Grossa. Varas Cíveis e 1a. Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

27a.) Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais e 2a. Vara de Família e Menores,

28a.) Comarca de Cascavel. Varas Cíveis e Vara de Menores.

res, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;

29a) Comarca de Cascavel: Varas Criminais e Comarcas de Corbélia e Ubitatã;

30a) Comarca de Campo Mourão;

31a) Comarca de Umuarama;

32a) Comarcas de Guarapuava, Palmital, Pitanga e Prudentópolis;

33a) Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marilândia do Sul;

34a) Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão e Peabiru,

35a) Comarcas de Foz do Iguaçu, Matelândia, Medianeira e São Miguel do Iguaçu;

36a) Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Realeza;

37a) Comarcas de Paranaguá, Antonina e Morretes;

38a) Comarcas de Paranaíba, Alto Paraná, Paraíso do Norte e Terra Rica;

39a) Comarcas de Pato Branco, Chopinzinho, Clevelândia e Coronel Vivida;

40a) Comarcas de Arapongas e Astorga,

41a) Comarcas de Araucária e Colombo;

42a) Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Palotina;

43a) Comarcas de Cornélio Procopio, Congonhinhas, Nova Fátima, São Jerônimo da Serra, Uraí e Assaí,

44a) Comarcas de Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Pérola e Xambrê;

45a) Comarcas de Guaíra, Altônia, Iporã e Terra Roxa do Oeste;

46a) Comarcas de Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Cândido de Abreu, Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí,

47a) Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e Ribeirão Claro,

48a) Comarcas de Laranjeiras do Sul e Guaraniáçu;

49a) Comarcas de Rolândia, Cambé, Jaguapitã e Porecatu,

50a) Comarcas de São José dos Pinhais, Bocaiúva do Sul e Cerro Azul;

51a) Comarcas de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena,

52a) Comarcas de União da Vitória, Mallet e Palmas;

53a) Comarcas de Bandeirantes, Andará, Cambará e Santa Mariana;

54a) Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ibiporã, Primeiro de Maio e Sertãozinho;

55a) Comarcas de Campo Largo e Palmeira;

56a) Comarcas de Castro, Jaguariáva, Piraí do Sul e Sengés;

57a) Comarcas de Goioerê, Alto Piquiri e Iporã;

58a) Comarcas de Irati, Imbituva, Ipiranga, Rebouças e Teixeira Soares;

59a) Comarcas da Lapa, Rio Negro, São João do Triunfo e São Mateus do Sul;

60a) Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa Isabel do Ivaí,

61a) Comarcas de Nova Esperança, Colorado, Mandaguaiçu, Marialva e Paranaity;

62a) Comarcas de Santo Antônio da Platina, Joaquim Távora e Ribeirão do Pinhal,

63a) Comarcas de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão e Capanema,

64a) Comarcas de Telêmaco Borba, Curiúva, Reserva e Tibagi,

65a) Comarcas de Wenceslau Braz, Ibaiti, Siqueira Campos e Tomazina.

Art. 11 — Os incisos I, II e III do art. 237, passam a ter sua redação alterada e acrescenta-se um parágrafo único ao

“caput”:

“ .....

I - Londrina: dezesseis (16) Juízes de Direito.

II - Maringá: nove (09) Juízes de Direito

III - Ponta Grossa: oito (8) Juízes de Direito.

Parágrafo único: na enumeração supra não se acham incluídos os Juízes de Direito Substitutos e os Juízes de Direito Auxiliares (art. 41 §§ 2.º e 3.º)”.

Art. 12 — O art. 254, seus incisos e o parágrafo único, inciso I, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 254 — Na Comarca de Londrina a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - dez (10) Varas Cíveis, 1a., 2a., 3a., 4a., 5a., 6a., 7a., 8a., 9a., 10a., não especializadas, com a competência definida pela distribuição.

II — quatro (4) Varas Criminais, 1a., 2a., 3a. e 4a., com a competência definida pela distribuição, cabendo, ainda, à 1a., a organização e presidência do Júri.

III — duas (02) Varas de Família com igual competência por distribuição, competindo à 1a. também, a matéria referente a Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, e a 2a., cumulativamente, a matéria relativa a Menores.

Parágrafo único — Haverá na Comarca de Londrina, com atribuições definidas:

1. No foro judicial:

a) dez (10) Escrivanias do Cível;

b) quatro (4) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania de Família e Anexos (Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial);

d) uma (1) Escrivania de Família e Menores;

e) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;

f) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

g) oito (8) Auxiliares de Cartório de Vara Criminal,

h) dois (02) Comissários de Vigilância de Menores,

i) três (3) Assistentes Sociais, um (1) para cada Vara de Família e um (1) para a de Menores,

j) dois (2) Ofícios de Avaliador Judicial”.

Art. 13 — O Art. 255, seus incisos e o parágrafo único, inciso I, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 255 — Na Comarca de Maringá a prestação jurisdicional, será efetivada por Juízes de:

I - quatro (4) Varas Cíveis, 1a., 2a., 3a., e 4a., por distribuição;

II — três (3) Varas Criminais, 1a., 2a. e 3a., por distribuição, cabendo à 1a. a organização e presidência do Tribunal do Júri;

III — duas (2) Varas de Família, com igual competência por distribuição, competindo à 1a., também, a matéria referente a Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial e à 2a., cumulativamente, a matéria relativa a Menores.

Parágrafo único ) Haverá na Comarca de Maringá, com atribuições definidas:

I - no foro judicial;

a) quatro (4) Escrivanias do Cível;

b) três (3) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania de Família e Anexos (Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial),

d) uma (1) Escrivania de Família e Menores,

e) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;



- f) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um (1) deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- g) seis (6) Auxiliares de Cartório de Vara Criminal;
- h) dois (2) Comissários de Vigilância de Menores;
- i) três (3) Assistentes Sociais, um para cada Vara de Família e um para a de Menores;
- j) dois (2) Ofícios de Avaliador Judicial."

Art. 14 — O Art. 259, seis incisos e parágrafo único, inciso I, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 259 — Na Comarca de Ponta Grossa a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - quatro (4) Varas Cíveis, 1a., 2a., 3a. e 4a., por distribuição;

II - duas (2) Varas Criminais, 1a. e 2a. por distribuição, cabendo à primeira a organização e presidência do Tribunal do Júri.

III - duas (2) Varas de Família, com igual competência por distribuição, competindo à primeira, também, a matéria referente a Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial e à segunda cumulativamente, a matéria relativa a Menores.

Parágrafo único - Haverá na Comarca de Ponta Grossa, com atribuições definidas:

- I - No foro judicial:
    - a) quatro (4) Escrivanias do Cível;
    - b) duas (2) Escrivanias Criminais;
    - c) uma (1) Escrivania de Família e Anexos (Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial);
    - d) uma (1) Escrivania de Família e Menores;
    - e) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
    - f) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito do Fórum, exercerá por um ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório obedecendo-se a rigoroso rodízio;
    - g) quatro (4) Auxiliares de Cartórios de Vara Criminal;
    - h) dois (2) Comissários de Vigilância de Menores;
    - i) três (3) Assistentes Sociais na Vara de Menores."
- Art. 15 — Ficam criados:
- a) trinta e três (33) cargos de Juiz de Direito de entrância final
  - b) oito (8) cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância final;
  - c) cinco (5) cargos de Escrivão do Cível;
  - d) três (3) cargos de Escrivão de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;
  - e) três (3) cargos de Escrivão de Família e Menores;
  - f) dezesseis (16) cargos de Oficial de Justiça;
  - g) nove (9) cargos de Auxiliar de Cartório."

Art. 16 — Os cargos de Juiz de Direito de entrância intermédia, de Juiz de Direito Auxiliar e de Juiz Substituto, previstos na estrutura anterior para as Comarcas de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, que se acharem ocupados na data da publicação desta lei, serão extintos à medida que vagarem.

Parágrafo único - Os cargos de que trata este artigo que se encontrarem vagos na data da publicação desta lei, ficarão extintos.

Art. 17 — Os cargos de Juiz de Direito Substituto das Comarcas de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, criados por esta lei, somente serão providos quando extintos, na forma do artigo anterior e seu parágrafo único, os de Juiz Substituto.

Parágrafo único — Dos cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca de Londrina, dois (2) poderão ser providos de imediato.

Art. 18 — Enquanto existentes os cargos de Juiz de Direito Auxiliar e de Juiz Substituto nas Comarcas de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, a substituição nas referidas Comarcas será exercida pelos seus ocupantes, sem prejuízo do disposto no artigo 99 da Lei n.º 7297, de 08 de janeiro de 1980, com a redação dada pelo artigo 4.º, desta lei.

Art. 19 — Aos atuais ocupantes dos Cargos de Escrivão das Varas de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, previstas na estrutura anterior para as Comarcas de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, fica assegurado o direito de opção, no prazo de vinte dias, contado da vigência desta lei, para uma das Varas de Família da respectiva Comarca.

Art. 20 — As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Judiciário.

Art. 21 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER (Conclusivo) ao Projeto de Lei n.º 172/81

Cumprida a solicitação final do Parecer prévio de fls. 20 e 21, na forma do "Ciente de Acordo", expresso pelo Excelentíssimo Senhor Governador, opino pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1982.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 172/81

O presente Projeto de Lei n.º 172/81, oriundo do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, tem por finalidade alterar dispositivos da lei que trata do Código da Organização e Divisão Judiciária do Estado, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisando o seu aspecto legal e constitucional, exaurou parecer favorável.

Sob o aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que no próprio bojo do projeto de lei estão previstos os recursos financeiros para a execução do plano de lei ora apresentado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1982.

(aa) Quielise Crisóstomo, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

##### I — CRIAÇÃO DE NOVAS VARAS NA COMARCA DE LONDRINA.

A Comarca de Londrina, tirante a de Curitiba, é a de maior expressão no Estado e, embora conte com cinco (5) Varas Cíveis, quatro (4) Varas Criminais, uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, cada qual com um Magistrado titular, tendo, também, um Juiz de Direito Auxiliar e dois Juízes Substitutos, acha-se com um tal volume forense, que está a exigir o imediato aumento de Varas, evitando-se não somente a sobrecarga de trabalho como e precipuamente o retardamento na prestação jurisdicional, com o conseqüente desprestígio do Poder Judiciário.

Os mapas de distribuição e certidões em poder deste egrégio Tribunal, referentes aos quatro últimos anos, retratam não somente haverem sido ultrapassados os tetos referidos no art. 205, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, como também registram um acúmulo de feitos que se



acentua ano a ano.

A situação antes retratada atinge as Varas Cíveis e a de Menores e Anexos.

Feita uma análise objetiva da problemática da Comarca, com respaldo no levantamento estatístico, justifica-se, plenamente, a criação de novas Varas, ou seja, especificamente, de mais cinco (5) Cíveis, bem como o desdobramento da atual Vara de Menores e Anexos em duas (2) Varas de Família e Corregedoria do Foro Extrajudicial e a segunda a de Menores.

Adotada a proposta, passará a Comarca de Londrina a contar com as seguintes Varas:

- 10 Varas Cíveis (não especializadas)
- 4 Varas Criminais
- 1 Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.
- 1 Vara de Família e de Menores.

O aumento no número de Varas, tem, de igual, como consequência, o desdobramento das Seções Judiciárias, em mais duas, para que não haja solução de continuidade nos serviços forenses por ocasião das férias e dos afastamentos ou licenças dos Juízes titulares.

Registre-se que o proposto é o mínimo necessário e a situação emergencial não permite aguardar-se a oportunidade da apresentação do projeto da nova lei de organização e divisão judiciárias do Estado, para apreciação da matéria, sob pena de sofrer o jurisdicionado injustificado gravame.

Ourossim, a adoção do regime de exceção nas Varas atualmente em funcionamento não propiciaria a adequada solução para o grave problema constatado na Comarca, cumprindo ressaltar que, na atualidade, nem magistrados em número suficiente há para as designações que seriam de mister. Não se pode cogitar, ademais, da designação de Juízes que atualmente atendem outras Comarcas, pois tal procedimento embarçaria a prestação jurisdicional nas últimas.

O momento não é adequado para paliativos e providências utópicas, urgindo, ante a seriedade dos fatos, resposta pronta e eficaz.

Ressalte-se que o acolhimento da proposta terá como consequência a criação, tão somente, de seis (6) cargos de Juiz de Direito, quatro (4) cargos de Juiz de Direito Substituto, de seis (6) cargos de Escrivão, de dois (2) cargos de Assistente Social, de doze (12) cargos de Oficial de Justiça e de quatro (4) cargos de Auxiliar de Cartório, o que se apresenta financeiramente inexpressivo ante os notórios benefícios à população. No pertinente aos cargos de Auxiliar de Cartório, cumpre esclarecer que cada Vara Criminal passará a contar com dois, à semelhança do que ocorre, atualmente, na Comarca de Curitiba, sendo tal número o mínimo indispensável ao normal andamento dos serviços sem que haja, ao menos por enquanto, a necessidade de criação de nova Vara Criminal.

A criação de quatro cargos de Juiz de Direito Substituto é de mister, por força da proposta de elevação da Comarca de Londrina à entrância final, conforme item II da presente exposição de motivos, resultando extintos, porém, oportunamente, dois cargos de Juiz Substituto e um cargo de Juiz de Direito Auxiliar de entrância intermediária.

## II - ELEVÇÃO DA COMARCA DE LONDRINA À ENTRÂNCIA FINAL.

Londrina é, hoje, autêntica metrópole com aproximadamente 400.000 habitantes e 150.000 eleitores, tendo maior renome "data vênica", que algumas capitais do País, sendo, na região Sul, somente superada por Curitiba e Porto Alegre.

A Comarca, pela sua expressão populacional, política e econômica, destaca-se como centro aglutinador dos interesses de toda a região, avultando o papel que as suas instituições de ensino superior (Centro de Estudos Superiores de Londrina e Universidade Estadual de Londrina), juntas somando trinta e

seis (36) cursos e mais de 10.000 (dez mil) alunos, representam para o Paraná, bem como para os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, numa área de influência que abrange mais de 2.000.000 de pessoas.

Tais circunstâncias e o próprio número de Varas, Seções Judiciárias e Juízes - existentes e a crescer conforme proposta - impõem a elevação da comarca de Londrina à entrância final, mercê do especial "status" que desfruta no Estado e no País.

## III - CRIAÇÃO DE NOVAS VARAS NAS COMARCAS DE MARINGÁ E PONTA GROSSA

No momento, dado o caráter emergencial da proposta, não se cuida do aumento do número de Varas Cíveis (não especializadas) e Criminais, quer na Comarca de Maringá, quer na de Ponta Grossa, o que será tratado com mais adequação no projeto, já em estudo, da nova lei de organização e divisão judiciárias.

No entanto, a carga de serviço que asoberba a Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, tanto em Maringá, quanto em Londrina, assim como os aspectos sociais e correcional, impõem o desdobramento da mesma numa e noutra das referidas comarcas, a exemplo do já propugnado para Londrina.

Aprovada a proposição as Comarcas de Maringá e Ponta Grossa, passarão a contar com as seguintes Varas:

### COMARCA DE MARINGÁ

- 4 Varas Cíveis (não especializadas)
- 3 Varas Criminais
- 1 Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.
- 1 Vara de Família e de Menores.

### COMARCA DE PONTA GROSSA

- 4 Varas Cíveis (não especializadas)
- 2 Varas Criminais
- 1 Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.
- 1 Vara de Família e de Menores.

Cabe observar que o desdobramento referido impõe a criação dos seguintes cargos: um (1) cargo de Juiz de Direito e dois (2) cargos de Juiz de Direito Substituto na Comarca de Maringá; um (1) cargo de Juiz de Direito e dois (2) cargos de Juiz de Direito Substituto na Comarca de Ponta Grossa, um (1) cargo de Escrivão na Comarca de Maringá; um (1) cargo de Escrivão na Comarca de Ponta Grossa, três (3) cargos de Auxiliar de Cartório na Comarca de Maringá; dois (2) cargos de Auxiliar de Cartório na Comarca de Ponta Grossa; dois (2) cargos de Oficial de Justiça na Comarca de Maringá; dois (2) cargos de Oficial de Justiça na Comarca de Ponta Grossa; dois (2) cargos de Assistente Social na Comarca de Maringá, e dois (2) cargos de Assistente Social na Comarca de Ponta Grossa. Ficarão, outrossim, extintos, oportunamente, dois (2) cargos de Juiz de Direito Auxiliar (um em Maringá, outro em Ponta Grossa) e quatro (4) cargos de Juiz Substituto (dois em Maringá e dois em Ponta Grossa).

## IV - DA ELEVÇÃO DAS COMARCAS DE MARINGÁ E PONTA GROSSA À ENTRÂNCIA FINAL.

Assim como Londrina, Maringá e Ponta Grossa são metrópoles de expressiva população e destacado colégio eleitoral, aproximadamente 115.000 e 90.000 eleitores, respectivamente, constituindo-se a primeira em centro da região norte/noroeste e a segunda, cognominada "Capital Cívica do Paraná", ponto de convergência das regiões centro, oeste e sudoeste do Estado.

Os parques industriais de Maringá e Ponta Grossa são hoje uma realidade atraindo vultosos investimentos nacionais e estrangeiros.

A par da importância populacional, política, econômica e geográfica das citadas Comarcas, cumpre ressaltar contarem ambas com Universidades Estaduais que, a exemplo da de Londrina, atraem milhares de alunos, oriundos muitos deles dos Estados de São Paulo, Mato Grosso de alunos, oriundos muitos deles dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. A propósito, o Paraná conta com somente três Universidades Estaduais e justamente se acham sediadas nas cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, o que bem reforça a justiça da proposição.

Tais fatos recomendam que, a semelhança de Londrina, sejam elevadas as Comarcas de Maringá e Ponta Grossa à entrância final.

#### V — CONCLUSÃO.

Ante o exposto, analisada e aprovada a matéria como o foi pelo egrégio Tribunal de Justiça, referendando parecer da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, resta a esta Presidência registrar, de um lado, a importância e necessidade da proposta e, de outro, enfatizar a urgência da colimada solução.

Há a acrescentar, no respeitante à elevação de entrância, a justiça da proposição, por resultar do merecido reconhecimento à especial expressão de Londrina, Maringá e Ponta Grossa que, como Curitiba, se destacam das demais Comarcas do Estado, pela importância do movimento forense, densidade demográfica e área de influência, atendendo-se o princípio estatuído no art. 208 da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado). Por outro lado, tal contribuição para afixação de Magistrados de reconhecidos méritos, em Comarcas como as citadas, até que tenham possibilidade de acesso aos Tribunais Superiores, sendo, por igual, de interesse da magistratura, na medida em que amplia o número de Juízes de entrância final, ensejando maiores oportunidades na carreira.

O agasalho da pretensão resultará, também, numa prestação jurisdicional mais rápida e, dessarte, mais justa, com reflexo

positivo no próprio conceito do Poder Judiciário perante a comunidade. Além e acima disso, estará o Estado, por seus Poderes, propiciando condições para a realização de sua meta precípua: o bem comum.

São estas as considerações e justificativas que incumbiam à Presidência deste egrégio Tribunal de Justiça, ao encaminhar a essa augusta Casa, o incluso projeto.

(a) Helianto G. Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei n.º 172/81. Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É feita a verificação de votação).

2 Srs. Deputados o aprovam; nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/81.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 100, 156, 167, 168, 08, 09 e 10/82.

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8/81.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/82.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.ºs 46 e de Resolução n.º 03/82.

Levanta-se a sessão.